

Capital tem 1,79 milhão de árvores em áreas públicas

Levantamento aponta condições das espécies e conflitos com a cidade

/ MEIO AMBIENTE

Laura Richa

laura.oliveira@jcrs.com.br

Porto Alegre tem uma estimativa de 1.797.065 árvores em áreas públicas, segundo o inventário arbóreo apresentado ontem pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

O levantamento considera exemplares localizados no sistema viário, em praças e parques e em unidades de conservação. A Capital tem ainda 43% de cobertura de copa, ou seja, essa é a proporção do território coberta pela sombra das árvores.

Do total estimado, 211.256 árvores estão em vias públicas, entre calçadas e canteiros centrais. Praças e parques concentram 110.744 exemplares. Nas unidades de conservação municipais, a estimativa é de 286.039 árvores. Já as ilhas do Delta do Jacuí, que integram uma unidade de conservação estadual, concentram 1.189.026 exemplares.

Para o secretário do Meio Ambiente, Germano Bremm, os dados ajudam a dimensionar o patrimônio arbóreo da cidade. “Fico muito orgulhoso de ter esse número de árvores. Isso nos coloca num patamar diferenciado com relação às outras capitais”, afirmou.

O secretário ressalta, porém, que a arborização não está distribuída de maneira uniforme pela



Inventário analisou exemplares em ruas, praças, parques de Porto Alegre

Capital. “Esses dados são base para as políticas públicas para a gente identificar onde temos que atuar de forma mais emergencial”, destacou.

Entre as áreas apontadas como prioritárias está o 4º Distrito. A região tem percentual de cobertura inferior ao índice geral e recebeu o anúncio de um plantio de mil novas árvores.

O inventário identificou 415 espécies no sistema viário e 401 em praças e parques. Nas ruas, as espécies mais frequentes são jacarandá, extremosa e ligustro, ao todo sendo majoritariamente plantas exóticas (55,6%). Em praças e parques, predominam tipuana, chal-chal e pitangueira, sendo, em sua maioria (58,4%), espécies nativas.

O levantamento também avaliou a relação das árvores com ele-

mentos da infraestrutura urbana. O canteiro inadequado aparece como um dos pontos de atenção identificados pelo estudo. Para Verônica, a situação reforça a necessidade de considerar o espaço disponível no momento do plantio.

O inventário foi realizado entre 2024 e 2025. O contrato previa o cadastro de 50 mil árvores, com investimento de R\$ 396.899,98, oriundo do Fundo Municipal de Proteção Ambiental (Funproamb). O trabalho incluiu coleta de dados no local, georreferenciamento, identificação das espécies, características dos exemplares, condição fitossanitária e possíveis conflitos com a infraestrutura.

O levantamento foi realizado com apoio do Arbolink, ferramenta utilizada pela secretaria para reunir e acompanhar informações sobre a arborização.

Suspensão do Piseg provoca perda de R\$ 12 milhões mensais ao Estado

/ SEGURANÇA PÚBLICA

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Desde março deste ano, o Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública (Piseg/RS) está interditado por precaução jurídica, deixando de arrecadar cerca de R\$ 12 milhões por mês. A Secretaria de Segurança Pública do RS optou por suspender o programa alegando divergência de entendimento da lei, e que a medida busca garantir segurança jurídica e evitar inconsistências até que haja uma definição clara sobre a aplicação da nova legislação. Com isso, a segurança pública gaúcha está sendo afetada.

A Secretaria da Fazenda questionou a medida e obteve parecer da Procuradoria Geral do Estado, que entende que a retirada do repasse de recursos, equivalente a 10% do valor do aporte principal destinado ao Fundo Comunitário Pró-Segurança Pública, previsto para ações de prevenção à violência e à criminalidade, precisa ser submetida à aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Conforme o secretário de Segurança Pública do Estado, Mário Ikeda, toda possibilidade de recursos financeiros para dar mais condições para as forças de segurança prestar um serviço melhor à população é muito bem-vinda. “Todas as nossas forças de segurança estão modernizadas se compararmos a anos anteriores, mais equipadas e armadas. Estamos dando melhores condições a todas as nossas forças vinculadas à segurança pública para que elas possam prestar um melhor serviço”, diz.

Desde o lançamento do programa, em 2018, foram arrecadados mais de R\$ 280 milhões - sendo R\$ 255 milhões destinados a

melhorias da segurança pública e R\$ 25 milhões a ações de prevenção -, doados a partir de 1.215 empresas, em 25 projetos, emitidas mais de 13 mil cartas de habilitação, presentes em 269 municípios. Com os valores foram compradas 620 viaturas, 1.951 armamentos, 1.727 equipamentos de proteção individual (EPIs), 38 rádios, 130 equipamentos informáticos, 17 drones e 28 itens de salvamento.

Para Claudio Goldsztein, presidente do Instituto Cultural Floresta, há perspectiva de falta de recursos para a segurança gaúcha a partir do ano que vem. “Mais do que nunca seria fundamental que o Piseg estivesse funcionando a pleno. Vamos precisar continuar equipando as forças de segurança. Diversas empresas questionam o por que está parado e o motivo do tema não ser levado adiante”.

Nesse cenário, Paulo Boneff, líder do Instituto Gerdau, diz que em cidades do Interior, o programa serve como democratização de equipamentos de segurança. “Nos últimos cinco anos, a Gerdau destinou R\$ 35 milhões para equipamentos. Para nós, o custo de não tê-los é de dois carros semiblandados ou um caminhão de bombeiros por mês. As leis de incentivo são uma vantagem para os empresários e sociedade gaúcha”.

O vice-presidente Jurídico da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Milton Machado, defendeu que o programa deve ser destravado de forma imediata. Ele explica, porém, que a revogação do repasse de 10% foi aprovada pela Assembleia Legislativa através de uma lei complementar para facilitar a adesão das empresas ao programa. O tema foi debatido por Mário Ikeda, Paulo Boneff, Claudio Goldsztein e Milton Terra Machado durante o “Tá na Mesa”, realizado ontem pela Federasul.

Obras deixam 34 bairros sem água em Porto Alegre

/ SANEAMENTO

A obra de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) São João, que abastece mais de 600 mil pessoas nas zonas Norte e Leste de Porto Alegre, avançará nesta quinta-feira. Na oportunidade, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) fará a ligação da nova adutora de recalque da Estação de Bombeamento de Água Tratada (Ebat) Ouro Preto à rede preexistente.

O serviço será realizado, concomitantemente, em quatro pontos da Capital, sendo dois na avenida Sertório, um na aveni-

da Dante Angelo Pilla e um na rua Ouro Preto. A obra, com início previsto para a meia-noite, teve o desligamento da Estação de Bombeamento de Água Tratada (Ebat) Ouro Preto. Às 5h, a Estação de Tratamento de Água (ETA) São João também deixa de operar. A retomada está prevista para a meia-noite desta sexta-feira. Durante o período, moradores dos 34 bairros atendidos pelo sistema poderão ter o fornecimento temporariamente interrompido. A normalização ocorrerá gradualmente ao longo da sexta, podendo se estender ao longo do sábado, 26, nas áreas mais distantes.

Bairros afetados pelo serviço:

Anchieta, Auxiliadora, Boa Vista, Chácara das Pedras, Costa e Silva, Cristo Redentor, Farrapos, Floresta, Higienópolis, Humaitá, Jardim Carvalho, Jardim Europa, Jardim Floresta, Jardim Lindóia, Jardim Itu, Jardim Sabará, Jardim Leopoldina, Jardim São Pedro, Mário Quintana, Morro Santana, Navegantes, Parque Santa Fé, Passo da Areia, Passo das Pedras, Rubem Berta, Santa Maria Goretti, Santa Rosa de Lima, São Geraldo, São João, São Sebastião, Sarandi, Três Figueiras, Vila Ipiranga e Vila Jardim.



Impacto do programa de aparelhamento da segurança preocupa entidades